

AdP VALOR – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA AS
EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

(2024_083CP)

CADERNO DE ENCARGOS

RETIFICADO

JUNHO de 2025

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a Contrato	4
Cláusula 3. ^a Duração do Contrato	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
Secção I Obrigações do Cocontratante	5
Cláusula 4. ^a Obrigações do Cocontratante	5
Cláusula 5. ^a Conformidade e operacionalidade dos bens	7
Cláusula 6. ^a Entrega dos bens	7
Cláusula 7. ^a Local da execução do Contrato	8
Cláusula 8. ^a Condições de entrega dos bens objeto do Contrato	8
Cláusula 9. ^a Requisitos relativos às condições de instalação	9
Cláusula 10. ^a Aceitação dos bens	9
Cláusula 11. ^a Garantia técnica	11
Cláusula 12. ^a Recolha e retoma de equipamentos	14
Cláusula 13. ^a Dever de sigilo	15
Cláusula 14. ^a Tratamento de dados pessoais	15
Secção II OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS	17
Cláusula 15. ^a Obrigações da AdP VALOR	17
Cláusula 16. ^a Obrigações das Contraentes Públicas	17
Cláusula 17. ^a Nota de Encomenda	18
Cláusula 18. ^a Preço base e Preço contratual	18
Cláusula 19. ^a Condições de pagamento	19
Cláusula 20. ^a Faturação Eletrónica	19
Secção III Acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato	20
Cláusula 21. ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato	20
CAPÍTULO III VICISSITUDES CONTRATUAIS	21
Cláusula 22. ^a Sanções contratuais	21
Cláusula 23. ^a Força maior	22
Cláusula 24. ^a Resolução do Contrato por parte das Contraentes Públicas	23
Cláusula 25. ^a Resolução do Contrato por parte do Cocontratante	24
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	25

Cláusula 26. ^a	Deveres de Informação	25
Cláusula 27. ^a	Comunicações.....	25
Cláusula 28. ^a	Foro competente.....	25
Cláusula 29. ^a	Direito aplicável e natureza do Contrato	26
Cláusula 30. ^a	Contagem dos prazos	26
ANEXO I Lotes e quantidades por Contraentes Públicas		27
ANEXO II Especificações técnicas dos equipamentos		28
ANEXO III Locais de entrega		36
ANEXO IV Preços-base e Preços unitários máximos, por lote.....		38
ANEXO V Report Informação dos Equipamentos Entregues.....		39

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar entre as entidades adjudicantes identificadas no **ANEXO I** ao programa do procedimento, e o(s) respetivo(s) adjudicatário(s) e tem por objeto principal a aquisição de equipamentos informáticos.
2. O procedimento compreende os lotes previstos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O Contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Duração do Contrato

- I O Contrato será válido até ao término final do prazo de garantia constante da proposta adjudicada.
- 2 O fornecimento dos bens objeto do procedimento deverá ocorrer no prazo de máximo de 60 (sessenta) dias após o envio da respetiva nota de encomenda.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do **Cocontratante**:
 - a) Fornecer os equipamentos e/ou prestar os serviços em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os equipamentos a fornecer, tal como previstos no presente Caderno de Encargos, nomeadamente as especificações técnicas constantes no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, e na legislação aplicável;
 - c) Garantir os equipamentos fornecidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - d) Entregar os equipamentos nos locais identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos;
 - e) Assegurar a reparação ou a substituição dos equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos;

- f) Garantir que os equipamentos fornecidos cumprem o Regime Unificado de Fluxos Específicos de Resíduos e o Regime da Restrição do Uso de Substâncias Perigosas em Equipamentos Elétricos e Eletrónicos;
- g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, às respetivas **Contraentes Públicas** os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos equipamentos objeto do Contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do Contrato celebrado;
- h) Não alterar as condições do fornecimento dos equipamentos fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- i) Prestar de forma correta e fidedignas as informações referentes às condições em que são fornecidos os equipamentos, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelas **Contraentes Públicas**;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- k) Dispor de um serviço de apoio técnico disponível em horário de trabalho (*helpdesk*) durante o prazo de garantia do equipamento fornecido;
- l) Atualizar os catálogos com as especificações técnicas dos Equipamentos, sempre que se justificar, no âmbito da garantia técnica;
- m) Cumprir a legislação em vigor relativamente a questões ambientais, nomeadamente a relacionada com resíduos, designadamente a Diretiva n.º2011/65/UE(RoHS), de 8 de junho, a Diretiva n.º2012/19/UE(REEE), de 4 de julho, e a Diretiva n.º 2006/66/CE, de 6 de setembro, assumindo exclusiva responsabilidade pelo cumprimento da legislação ambiental e ecológica aplicável às atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato
- n) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do Contrato, não utilizando as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** os bens objeto do Contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do Contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O **Cocontratante** é responsável perante as **Contraentes Públicas** por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do Contrato que existam no momento em que os bens lhes são entregues.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens

1. Os fornecimentos são realizados na sequência de notas de encomenda remetidas pelas **Contraentes Públicas** via correio eletrónico, de acordo com a obrigação fixada na cláusula 20.^a do presente Caderno de Encargos.
2. As **Contraentes Públicas** notificarão o **Cocontratante** para a entrega dos equipamentos objeto do presente Contrato, com indicação da respetiva marca/modelo/perfil, bem como da quantidade a adquirir e respetivos locais de entrega de acordo com os indicados no ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
3. O **Cocontratante** compromete-se a entregar os equipamentos solicitados, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de envio da nota de encomenda referida no número anterior.
4. Rececionada a nota de encomenda, os equipamentos serão entregues no local indicado nas respetivas notas de encomenda, nas seguintes condições:
 - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
 - b) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
5. Em caso de alterações dos locais de entrega dos equipamentos definidos no ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos, o **Cocontratante** obriga-se a manter as

condições negociadas desde que os novos locais de entrega se situem num raio igual ou inferior a 50 km em relação aos locais anteriores.

6. A entrega dos equipamentos é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
 - I. A data de entrega;
 - II. Identificação do **Cocontratante**;
 - III. Identificação da **Contraente Pública** e local de entrega;
 - IV. Data do pedido e número da encomenda emitida;
 - V. Número do Contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - VI. Indicação dos equipamentos (quantidade e lote);
 - VII. Número de série de cada equipamento.
7. A cópia da guia de remessa, assinada pela **Contraente Pública**, fica na posse do(s) **Cocontratante(s)**, constituindo prova bastante da entrega dos equipamentos.
8. O **Cocontratante** deverá enviar uma cópia da respetiva guia de remessa, depois de assinada, às **Contraentes Públicas**.
9. A assinatura da guia de remessa pela **Contraente Pública** não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos equipamentos com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
10. Se após o prazo definido no n.º 3, o **Cocontratante** não dispuser do(s) equipamento(s), por rutura temporária de stock, deve comunicar tal facto, atempadamente, às **Contraentes Públicas**, tendo 10 (dez) dias úteis para entregar os equipamentos em falta.

Cláusula 7.^a

Local da execução do Contrato

O local da execução do Contrato será conforme o estabelecido nos pontos 1 e 2 do **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.^a

Condições de entrega dos bens objeto do Contrato

- I. O **Cocontratante** deverá fornecer os equipamentos, nos locais identificados nos pontos 1 e 2 do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.

2. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do Contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do **Cocontratante**.

Cláusula 9.^a

Requisitos relativos às condições de instalação

O **Cocontratante** será responsável por garantir as condições normais de funcionamento dos equipamentos fornecidos, incluindo os seguintes serviços:

- a) Entrega dos equipamentos novos nos locais definidos no ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos;
- b) Instalação do sistema operativo;
- c) Instalação da imagem fornecida pela **Contraente Pública**, quando aplicável;
- d) Cadastro dos equipamentos e proceder à recolha e entrega dos equipamentos antigos nas instalações indicadas pela **Contraente Pública**, quando aplicável;
- e) Formação inicial básica aos técnicos das áreas de SI responsáveis pelo *replacement*, em algumas funcionalidades fora do standard, quando aplicável;
- f) Sempre que ocorra o abate de equipamentos antigos e/ou ocorra uma avaria nos novos equipamentos, no decorrer do período de garantia, toda a informação residente nos respetivos suportes lógicos deverá ser destruída. Este serviço deverá obedecer aos seguintes requisitos:
 - I. Certificação de abate de resíduos lógicos, com indicação dos *serial number* e data da execução do serviço;
 - II. Fotografia de todos os suportes abatidos.

Cláusula 10.^a

Aceitação dos bens

- I. Após o ato de entrega e de instalação dos equipamentos, a **Contraente Pública** dispõe de um prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos equipamentos, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a

existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.

2. A **Contraente Pública** poderá solicitar a colaboração do **Cocontratante** para a realização dos testes referidos no número anterior.
3. A **Contraente Pública** deve transmitir ao **Cocontratante** todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º 1 desta cláusula sem que tenha sido comunicada a rejeição dos equipamentos, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.
4. Caso haja lugar à rejeição de equipamentos, será da responsabilidade do **Cocontratante** a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
5. Em caso de rejeição dos equipamentos, o **Cocontratante** dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos equipamentos rejeitados.
6. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos equipamentos, o **Cocontratante** dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
7. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos equipamentos rejeitados são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
8. A rejeição dos equipamentos disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.
9. A rejeição dos equipamentos por parte da **Contraente Pública** pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos.
10. Sem prejuízo do disposto da cláusula 6.ª, se os equipamentos não se encontrarem conformes, a **Contraente Pública** não assinará a guia de remessa, sendo esta devolvida ao **Cocontratante**, aplicando-se as sanções contratuais previstas no presente Caderno de Encargos.
11. Após a aceitação definitiva dos equipamentos e entrada dos equipamentos no período de garantia, deverá ser disponibilizado às **Contraentes Públicas**, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do início da garantia, um ficheiro, em formato editável, contendo a informação constante no **ANEXO V**.

Cláusula 11.^a

Garantia técnica

1. O **Cocontratante** deve garantir os bens fornecidos contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis de consumo.
2. O prazo de vigência da garantia conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos equipamentos.
3. Durante o prazo de garantia, a prestação do serviço de assistência técnica **ONSITE** será realizada nos locais indicados no ponto 2 do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
4. Em caso de alteração dos locais referidos no número anterior, o **Cocontratante** obriga-se a manter as condições negociadas, desde que os novos locais de prestação do serviço de assistência técnica **ONSITE** se situem num raio igual ou inferior a 50 km em relação aos locais anteriores.
5. Durante o prazo de garantia o **Cocontratante** deverá dispor de serviço de apoio técnico permanente (*helpdesk*), durante o horário normal de trabalho, entre as 09h00 e as 18h00, ao qual se possa comunicar, através de correio eletrónico, número de telefone ou via portal web, todas as incidências e dúvidas técnicas surgidas com o equipamento fornecido.
6. Caso a comunicação seja feita via plataforma web, o **Cocontratante** deverá disponibilizar neste, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
 - a) Permitir o acesso a toda a informação das assistências técnicas criadas no âmbito dos Contratos estabelecidos com as **Contraentes Públicas**, devendo, para tal, ser criado um código de utilizador e respetiva palavra-passe de acesso por **Contraente Pública**;
 - b) Solicitação de serviços de assistência técnica (criação de *tickets*);
 - c) A informação das assistências técnicas deve ser desagregada, no mínimo, nas seguintes categorias:
 - I. Por **Contraente Pública**;
 - II. Por local;
 - III. Por equipamento;
 - IV. Por estado da assistência técnica;

V. Por SLA.

- d) Filtragem da informação das assistências técnicas, conforme com as categorias indicadas na alínea anterior;
- e) Possibilitar a extração da informação das assistências técnicas através de ficheiro editável;
- f) Disponibilização de sistema de alarmística para controlo e monitorização das assistências técnicas, decorrente de alteração do respetivo estado, através de notificação remetida por *e-mail*;
- g) Controlo e monitorização de SLA, nomeadamente dos tempos de resposta às solicitações de assistência técnica e respetivos tempos de resolução, devendo a plataforma possibilitar o acesso aos mesmos.

7. No âmbito do serviço indicado no número anterior, a abertura de pedidos de assistência técnica pelas **Contraentes Públicas** dará origem à criação de incidentes na plataforma de gestão de serviço do **Cocontratante**, devendo ser atribuído um código de incidente por cada problema reportado, mesmo que este diga respeito ao mesmo equipamento. Os códigos gerados deverão ser comunicados às **Contraentes Públicas** como resposta à abertura dos pedidos de assistência técnica.

8. A garantia dos equipamentos abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra;
- h) A intervenção no dia útil seguinte à comunicação da ocorrência e nas instalações da **Contraente Pública**;

- i) Em caso de avaria ou desastre que ocorra com a informação residente nos suportes físicos (discos rígidos) dos novos equipamentos, o **Cocontratante** deverá assegurar um serviço de recuperação de dados. Este serviço deverá obedecer aos seguintes requisitos:
- I. Recuperação de dados em todos os tipos de dispositivos físicos alvo deste concurso;
 - II. Disponibilidade de 24 horas e 7 (sete) dias/semana;
 - III. Confidencialidade dos Dados;
 - IV. Disco de retorno (gravação) com os dados recuperados, que deve ser entregue em modo encriptado, sem intermediários, e cuja chave deve ser disponibilizada após conclusão do trabalho, sendo posteriormente devolvido ao prestador do serviço;
 - V. A recuperação dos dados deve ocorrer em território nacional (Portugal Continental) em laboratório certificado e dotado de Câmaras Limpas para abertura de discos em Segurança;
 - VI. A empresa prestadora do serviço de recuperação de dados deve demonstrar o cumprimento dos requisitos da norma ISO27001:2013 ou equivalente, no âmbito do serviço de recuperação de dados informáticos;
 - VII. A empresa prestadora do serviço de recuperação de dados deve guardar uma cópia dos dados recuperados, por um período mínimo de 15 (quinze) dias após a entrega dos dados.
- j) Sempre que ocorra avaria que obrigue à substituição dos suportes físicos (discos rígidos) nos novos equipamentos, no decorrer do período de garantia, o **Cocontratante** deverá assegurar que toda a informação residente nos respetivos suportes físicos é destruída. Este serviço deverá obedecer aos seguintes requisitos:
- I. Certificação de abate lógico de informação em dispositivos contratados, com indicação dos *serial number* (dos discos ou do computador) e data da execução do serviço, garantindo que foram executados todos os procedimentos que impeçam qualquer recuperação de dados residentes nos referidos dispositivos;
 - II. Fotografia de todos os suportes alvo de destruição lógica;

- III. A empresa prestadora do serviço de recuperação de dados deve demonstrar o cumprimento dos requisitos da norma ISO27001:2013 ou equivalente, no âmbito do serviço de destruição de dispositivos.
- k) Os serviços indicados nas alíneas i) e j) do presente número compreendem as devidas evidências para futuras auditorias.
- l) No caso dos computadores portáteis laptops e PC's industriais, indicados nos lotes 3 e 4, a garantia é extensível à bateria fornecida, que deverá ser sempre substituída quando ocorra uma das seguintes situações previstas:
- I. Avaria;
 - II. A autonomia proporcionada seja inferior a 80% do seu valor inicial, de acordo com a informação obtida no relatório produzido pela instrução do sistema operativo Windows 10 (powercfg – energy – batteryreport filename*.*)).
9. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas no prazo de 10 (dez) dias úteis.
10. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido no número anterior, o Cocontratante obriga-se a entregar, no dia útil imediato, um equipamento de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.

Cláusula 12.^a

Recolha e retoma de equipamentos

1. Quando solicitado por escrito pela **Contraente Pública**, e até à aceitação definitiva dos equipamentos nos termos da cláusula 10.^a, o Cocontratante deve proceder à recolha dos equipamentos obsoletos, em prazo que não poderá exceder 2 (dois) meses a contar da data da solicitação.
2. O **Cocontratante** é responsável por todos os danos causados em pessoas e bens decorrentes da remoção de equipamentos obsoletos.
3. O **Cocontratante** deve proceder à remoção e tratamento dos equipamentos obsoletos nos termos da legislação em vigor, nomeadamente Regime Unificado de Fluxos Específicos de Resíduos e o Regime da Restrição do Uso de Substâncias Perigosas em Equipamentos Elétricos e Eletrónicos.
4. Quando exista lugar ao abate de equipamentos antigos, o **Cocontratante** tem de certificar

de que toda a informação residente nos respetivos suportes lógicos é destruída. Este serviço tem de obedecer com os seguintes requisitos:

- a) Fotografia de todos os suportes abatidos;
- b) Certificado com identificação dos mesmos (Marca; Modelo e Serial Number);
- c) Vídeo de todos os intervenientes e operação realizada com evidências do abate;
- d) Certificado ambiental de abate de resíduos eletrónicos.

Cláusula 13.^a

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as **Contraentes Públicas** lhe indiquem para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Tratamento de dados pessoais

1. As Partes declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. As Partes reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prosseguindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.
3. A celebração e gestão do presente Contrato envolve o tratamento de dados pessoais

respeitantes aos representantes legais e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores, por cada uma das Partes.

4. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes durante a vigência do presente Contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.
5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
 - b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.
6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:
 - [Empresa do Grupo AdP]: []@[]
 - [Cocontratante]: []@[]
7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
9. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas

e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

Cláusula 15.^a

Obrigações da AdP VALOR

Constituem obrigações da **AdP VALOR**:

- a) Gerir o contrato em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Prestar esclarecimentos às **Contraentes Públicas** sobre os termos do contrato e coligir as reclamações sobre a execução contratual;
- c) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- d) Monitorizar a qualidade e quantidade dos bens fornecidos e, quando necessário, sugerir às **Contraentes Públicas** a aplicação de sanções contratuais;
- e) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

Cláusula 16.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Proceder à encomenda dos artigos identificados no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos.
- b) Monitorizar a quantidade e qualidade dos bens fornecidos;
- c) Nomear um responsável pela gestão do Contrato para efeitos de comunicações com a **AdP VALOR**, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- d) Comunicar, em tempo útil, à **AdP VALOR**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
- f) Facultar toda a informação relativa às entregas efetuadas ao abrigo do contrato, quando solicitado pela **AdP VALOR**;
- g) Armazenar os bens em locais de acesso restrito e controlado;

- h) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

Cláusula 17.^a

Nota de Encomenda

Cada **Contraente Pública** obriga-se a emitir as notas de encomenda correspondentes aos valores adjudicados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.

Cláusula 18.^a

Preço base e Preço contratual

1. Os preços base por lote, os quais não incluem o imposto sobre o valor acrescentado, são os apresentados na **Tabela 1 do ANEXO IV** ao presente Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento encontra-se sujeito aos preços-máximos unitários que se encontram definidos na **Tabela 2 do ANEXO IV** do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.
3. Pelo fornecimento dos bens objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, as **Contraentes Públicas** devem pagar ao **Cocontratante** o produto do preço unitário de cada modelo constante da proposta adjudicada pelas quantidades fixadas no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço inclui todos os custos encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **Contraente Pública**, nomeadamente os relativos a:
 - i) Preço do equipamento, componentes, acessórios e periféricos;
 - ii) Acondicionamento;
 - iii) Embalagem;
 - iv) Armazenagem;
 - v) Carga, transporte e descarga no respetivo local de entrega, conforme constante do ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos;
 - vi) Responsabilidade pela carga, transporte e descarga até ao respetivo local de entrega;
 - vii) Instalação e configuração dos equipamentos, quando aplicável;
 - viii) Fichas técnicas e manuais de utilizador;

- ix) Licenças de utilização dos sistemas operativos fornecidos com os equipamentos;
- x) Garantia e reparação.

Cláusula 19.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado por cada **Contraente Pública**, após a entrega de todos os bens adjudicados.
2. A(s) quantia(s) devida(s) pelas **Contraentes Públicas** a título de preço contratual, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção de uma única fatura por **Contraente Pública**, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação correspondente.
3. A(s) fatura(s) a apresentar deve(m) conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
4. Em caso de incorreção quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), as **Contraentes Públicas** devem comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 20.^a

Faturação Eletrónica

1. As faturas emitidas pelo **Cocontratante** devem incluir os números das notas de encomenda e das guias de remessa fornecidos pelas **Contraentes Públicas** e conter os elementos necessários a uma completa e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos bens fornecidos durante o período de faturação.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..

4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal referido no número anterior deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS.
5. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável às **Contraentes Públicas**, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
7. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos somente após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelos gestores do Contrato designados pelas **Contraentes Públicas**, a identificar no Contrato.
2. No exercício das suas funções, cada gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, determina ao **Cocontratante** que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CAPÍTULO III

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 22.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **Contraente Pública**, pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de uma sanção contratual, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente nos seguintes casos:
- a) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 3 da cláusula 6.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos equipamentos de cada lote, aplicar uma sanção de 3% do valor de cada equipamento não entregue por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 10 da cláusula 6.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos equipamentos de cada lote, aplicar uma sanção de 3% do valor de cada equipamento não entregue por cada dia de atraso;
 - c) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 5 da cláusula 10.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 3% sobre o valor unitário do equipamento por cada dia de atraso;
 - d) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 6 da cláusula 10.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 1% sobre o valor unitário do equipamento por cada dia de atraso;
 - e) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 11 da cláusula 10.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 0,01% do preço contratual por cada dia de atraso;
 - f) Pelo incumprimento da obrigação estipulada no n.º 10 da cláusula 11.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 3% sobre o valor unitário de cada equipamento por cada dia de atraso;
 - g) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 1 da cláusula 12.^a, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 0,01% do preço contratual por cada dia de atraso.

- h) Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do **Cocontratante**, a **Contraente Pública**, pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% do valor global do Contrato.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **Contraente Pública** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 3. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo do n.º I, relativamente aos bens objeto do Contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
 4. A **Contraente Pública** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
 5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **Contraente Pública** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a

Força maior

- 1 Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- 2 Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- 3 Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- 5 A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

Cláusula 24.^a

Resolução do Contrato por parte das Contraentes Públicas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (*trinta*) dias ou

declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelas **Contraentes Públicas**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 25.^a relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 25.^a

Resolução do Contrato por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 27.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao Contrato devem ser dirigidas, por carta registada em correio simples ou com aviso de receção ou correio eletrónico, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificados no Contrato.
2. Qualquer comunicação efetuada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais, conforme seja remetida por correio registado com aviso de receção ou correio registado simples.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados considera-se efetuada na data da expedição.

Cláusula 28.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 29.^a

Direito aplicável e natureza do Contrato

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 30.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

LOTES E QUANTIDADES POR CONTRAENTES PÚBLICAS

Lote		Perfil HW	AdP Valor	EPAL	AGdA	AdCL	AdSA	Simarsul	AdAM	AdTA	Quantidades
1	COMPUTADORES FIXOS DESKTOPS	PADRÃO		6							6
		ALTO DESEMPENHO		5						10	15
		INDUSTRIAL					5				5
2	ALL-IN-ONE	ALL-IN-ONE			14		35		5		54
3	COMPUTADORES PORTÁTEIS LAPTOPS	DEVELOPER com Docking	5	10	17						32
		DEVELOPER s/Docking							5		5
		OFFICE WORKER com Docking	10	100		42		7		40	199
		MOBILE WORKER com Docking		50		12			10	40	112
		MOBILE WORKER s/Docking							20		20
4	PCS INDUSTRIAIS	PORTÁTIL INDUSTRIAL padrão com Docking								20	20
		MICRO MINI FANLESS PC				4					4
5	MONITORES	MONITOR PADRÃO					20		25		45
		MONITOR MÉDIO		45	10	32	10	9			106
		MONITOR GRANDE FORMATO		12	5	9		9		60	95
		MONITOR GRANDE FORMATO ULTRA-WIDE CURVO						7		6	13

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

Lote I – Computadores Fixos Desktops

Foram definidos 3 perfis (**Padrão; Alto Desempenho; Industrial**) baseados em diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar presentes em todos os perfis:

Requisitos mínimos para perfis de desktop
13th gen Intel® Core™ i7 CPU i5-13500 2.5Ghz, <u>ou equivalente</u> .
4xDIMM Memory Slots DDR5 4800 Mhz;
Integrated GPU (mínimo) 256MB memória partilhada;
USB Mouse and Keyboard (Layout em PT);
Win 11 Professional x64 OS (OEM);
Win 11 certificado.
Trusted Platform Module (TPM) 2.0 FIPS
EPEAT GOLD para Portugal ou para países da União Europeia com visibilidade em site (www.epeat.net), ou <u>equivalente</u> ;
Energy Star 8, ou <u>equivalente</u> ;
TCO Certified 9 com visibilidade em site (www.tcocertified.com), ou <u>equivalente</u> ;
Disponibilidade de modos de economia de energia (ex: <i>stand-by</i> parametrizável);
Embalagem feita de materiais 100% reciclados ou renováveis;
Disponibilização de manuais online.

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

Especificações mínimas por perfil	
Padrão	Chassi SFF - Small Form Factor;
	1 x 16 GB RAM DDR5 4800 Mhz;
	Internal SSD ≥ 500GB;
	2 Video Output Ports: 1 x HDMI + 1 x USB-C <u>ou</u> 1 x HDMI + 1 x DISPLAYPORT

	Ethernet port 10/100/1000 onboard;
	5 x USB (2 x USB 3.1; 2 x USB Front; 1 x USB C)

Especificações mínimas por perfil	
Alto Desempenho	Chassi SFF - Small Form Factor;
	1 x 16 GB RAM DDR5 4800 Mhz;
	Internal SSD ≥1TB;
	nVidia/AMD GPU with 4GB dedicated RAM or equivalent;
	2 Video Output Ports: 1 x HDMI + 1 x USB-C <u>ou</u> 1 x HDMI + 1 x DISPLAYPORT
	Ethernet port 10/100/1000 onboard;
	5 x USB (2 x USB 3.1; 2 x USB Front; 1 x USB C)

Especificações mínimas por perfil	
Industrial	1 x 16 GB RAM DDR5 4800 Mhz;
	Internal SSD ≥ 500GB;
	2 Video Output Ports: 1 x HDMI + 1 x USB-C <u>ou</u> 1 x HDMI + 1 x DISPLAYPORT
	2 x Ethernet port 10/100/1000;
	1 x serial port (RS-232 DE9);
	1 x parallel LPT port;
	5 x USB (2 x USB 3.1; 2 x USB Front; 1 x USB C)

Lote 2 – All-In-One

Requisitos mínimos para perfis de All-in-one
Processador Intel® Core™ Ultra 7 155U Intel, <u>ou equivalente</u> .
2 Memory Slots DDR5;
1 x 16 GB RAM DDR5 5600 MHz
Internal SSD ≥ 500GB;
Integrated GPU (mínimo) 256MB memória partilhada;
Ethernet port 10/100/1000 onboard;
4 x USB (2 x USB 3.0);
USB Mouse and Keyboard (Layout em PT);
27" Full HD "touch screen";
Height adjustable and TILT function;
Win 11 certified;
Win 11 Professional x64 OS (OEM);
1080p webcam with built-in microphone
Wi-Fi 6E + Bluetooth 5;
Trusted Platform Module (TPM) 2.0 FIPS
EPEAT GOLD para Portugal ou para países da União Europeia com visibilidade em site (www.epeat.net), ou <u>equivalente</u> ;
Energy Star 8, ou <u>equivalente</u> ;
TCO Certified 9 com visibilidade em site (www.tcocertified.com), ou <u>equivalente</u> ;
Disponibilidade de modos de economia de energia (ex: <i>stand-by</i> parametrizável);
Embalagem feita de materiais 100% reciclados ou renováveis;
Disponibilização de manuais online.

Lote 3 – COMPUTADORES PORTÁTEIS LAPTOPS (SSD ≥ 1TB)

Foram definidos 5 perfis, conforme abaixo se enuncia, para satisfazer as necessidades diferenciadas dos diferentes contextos de trabalho

- DEVELOPER com Docking;
- DEVELOPER s/Docking;
- OFFICE WORKER com Docking;
- MOBILE WORKER com Docking e
- MOBILE WORKER s/Docking) baseados em diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar **presentes em todos os perfis:**

Requisitos mínimos para perfis de Portáteis
Processador Intel® Core™ Ultra 7 155U Intel, <u>ou equivalente;</u>
Wi-Fi 6E + Bluetooth 5;
3 x USB (2 x USB 3.1 and 1 x USB-C Thunderbolt 4)
1 Video Output Ports (1 x Displayport ((if Displayport include adaptor to HDMI) or 1 x HDMI);
Smart Card Reader onboard;
1080p webcam with built-in microphone;
Backlit, Portuguese layout and spill resistant keyboard;
Battery with minimum of 3 years international warranty;
External USB mouse e keyboard (Portuguese layout);
Mala de transporte de portátil em cor sóbria (preto, cinzento, azul escuro, etc.);
Win 11 certified;
Win 11 Professional x64 OS (OEM);
AC Adapter with power cord;
Trusted Platform Module (TPM) 2.0 FIPS
EPEAT GOLD para Portugal ou para países da União Europeia com visibilidade em site (www.epeat.net), ou <u>equivalente;</u>
Energy Star 8, ou <u>equivalente;</u>
TCO Certified 9 com visibilidade em site (www.tcocertified.com), ou <u>equivalente;</u>
Disponibilidade de modos de economia de energia (ex: <i>stand-by</i> parametrizável);
Embalagem feita de materiais 100% reciclados ou renováveis;
Disponibilização de manuais online.

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

Especificações mínimas por perfil	
Developer com docking station / sem docking station	1x32 GB RAM DDR5 5600 Mhz;
	Internal SSD M.2; write speed greater than 3000 MB/s: ≥ 1TB NVME ;
	nVidia/AMD GPU with ≥ 6GB dedicated RAM or equivalent;
	Screen ≥ 15'' and ≤ 16'' (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 2kg (with proposed battery included);

Especificações mínimas por perfil	
Office Worker com docking station	1 x 16 GB RAM DDR5 5600 Mhz;
	Internal SSD M.2; write speed greater than 3000 MB/s: ≥ 1 TB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	Screen ≥ 15'' and ≤ 16'' (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 2kg (with proposed battery included);

Especificações mínimas por perfil	
Mobile Worker com docking station / sem docking station	1 x 16 GB RAM DDR5 5600 Mhz;
	Internal SSD M.2; write speed greater than 3000 MB/s: ≥ 1TB NVME ;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	Screen ≥ 14'' and < 15'' (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 1,7kg (with proposed battery included);

Lote 4 – PC's Industriais

Requisitos mínimos de portáteis Industriais padrão com docking
Intel Core i3-1210U 10 MB Cache up to 4.40Mhz
12th Generation Intel Core i3-1210U
12" 16:10 FHD (1920 x 1200) @ 60 Hz, sRGB 100%, Water/Glove-Capable Touchscreen, Anti-Glare and Anti-Smudge, Polarizer, Corning Gorilla Glass, 1200 Nit Outdoor-Readable, Active Pen Support
5MP Front Webcam / 11MP Rear Camera with Flash and Dual Microphone
WLAN Chassis with LCD
No Smart Card Reader
No Fingerprint Reader
8GB LPDDR5, 5200 MHz
M.2 256GB SATA Class 40 Solid State Drive
2 x Thunderbolt™4/USB 3.2 Gen 2 Type-C port with Power Delivery
1 x USB 3.2 Gen 1 Type-A port with PowerShare
1 x HDMI 2.0
45 Watt AC Adapter
European Power Cord
2 x 35Whr, 2-Cell Lithium Ion Primary Battery, ExpressCharge™, user-replaceable, dual hot-swappable
Mini Serial Port
Dual Microphones
Intel® Wi-Fi 6E AX211, 2 x 2, 802.11ax with MU-MIMO, without Bluetooth 5.2
Connector for I/O Expansion
Windows 11 Pro (64Bit) OEM Portuguese
No Out-of-Band Systems Management
OS Recovery
IP65 Keyboard with Dual-locking latches ;
Keyboard Connectivity with 1 x RJ45 ; 3 x USB A 3.2
Weight max 1.6kg (with proposed battery included)
Cross Strap Rugged Extreme Tablet
IP 65 ; MIL-STD-810H ; MIL-STD-461G
EPEAT GOLD para Portugal ou para países da União Europeia com visibilidade em site (www.epeat.net), ou equivalente ;
Energy Star 8, ou equivalente ;
TCO Certified 9 com visibilidade em site (www.tcocertified.com), ou equivalente ;
Embalagem feita de materiais 100% reciclados ou renováveis;
Disponibilização de manuais online.

Requisitos mínimos de MICRO MINI FANLESS PC
Intel Core i5-13500T (6+8 Cores/24MB/20T/1.6GHz to 4.6GHz/35W)
FANLESS CPU
Micro Form Factor Chassis
16GB (1x16GB) DDR4 Non-ECC Memory + 1 Free Memory Slot
M.2 2230 512GB PCIe NVMe Class 35 Solid State Drive
Intel® UHD Graphics 770 with ≥ 1 GB
1x Display Port + 1x HDMI Port
Wi-Fi6E + RJ45 Port 10/100/1000 mbps
6x USB 3.2 Type A Ports (2 front + 4 back)
2x M.2 Slot
TPM 2.0
Energy Star 8.0+
90 Watt A/C Adapter
European Power Cord
Chassis Intrusion Sensor
BIOS Password
Win11/Win11 DG/Linux Support
EPEAT GOLD para Portugal ou para países da União Europeia com visibilidade em site (www.epeat.net), ou <u>equivalente</u> ;
Energy Star 8, ou <u>equivalente</u> ;
TCO Certified 9 com visibilidade em site (www.tcocertified.com), ou <u>equivalente</u> ;
Embalagem feita de materiais 100% reciclados ou renováveis;
Disponibilização de manuais online.

* Todos os portáteis industriais do presente lote devem ter “docking station”.

Lote 5 – Monitores

Foram definidos 4 perfis (**Padrão; Médio; Grande Formato, Grande Formato Ultra-Wide Curvo**) diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar presentes nos 4 perfis:

Requisitos mínimos para perfis de monitores
Portas HDMI e DISPLAY PORT, incluindo o fornecimento do cabo HDMI - HDMI;
Ajustável em altura/ Tilt / Swivel;
O cabo de alimentação deve ter pelo menos 1,8 m;
Todos os cabos fornecidos de ligação (pelo menos HDMI-HDMI) devem ter pelo menos 1,8 m;
EPEAT GOLD para Portugal ou para países da União Europeia com visibilidade em site (www.epeat.net), ou equivalente ;
Energy Star 8, ou equivalente ;
TCO Certified 9 com visibilidade em site (www.tcocertified.com), ou equivalente ;
Disponibilidade de modos de economia de energia (ex: <i>stand-by</i> parametrizável);
Embalagem feita de materiais 100% reciclados ou renováveis;
Disponibilização de manuais online.

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

Especificações mínimas por perfil	
Monitor Padrão	Ecrã 24" (1920 x 1080);
Monitor Médio	Ecrã 27" (1920 x 1080);
Monitor Grande Formato	Ecrã 32" (3840 x 2160);
Monitor Grande Formato Ultra-Wide Curvo	Ecrã 37,5" (3840 x 1600);

ANEXO III

LOCAIS DE ENTREGA

I. Locais de entrega:

Empresa	Morada	Cód. Postal	Localidade	Telefone
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	Rua Visconde de Seabra, 3	1700-421	Lisboa	212469500
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Avenida de Berlim, n° 15 – Armazém Geral	1800-031	Lisboa	213251000
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Rua Dr. Aresta Branco, n° 51	7800-310	Beja	284101100
AdCL - Águas do Centro Litoral S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque	3030-410	Coimbra	239980900
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	Cerca da Água, Rua dos Cravos - Apartado 64	7500-130	Vila Nova de Santo André	269708240
Simarsul	Av. da Siderurgia Nacional Edifício SNI	2840-075	Aldeia de Paio Pires	265544000
Águas do Alto Minho, S.A.	Rua São Bartolomeu dos Mártires n. °156	4904-878	Viana do Castelo	258806900
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta	1300-254	Lisboa	213107900

2. Locais de prestação do serviço de assistência técnica ONSITE:

Empresa	Morada	Cód. Postal	Localidade
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A	Rua Visconde de Seabra, 3	1700-421	Lisboa
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Avenida de Berlim, nº 15 – Edifício 6 - DSI	1800-031	Lisboa
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Rua Dr. Aresta Branco, nº 51	7800-310	Beja
AdCL - Águas do Centro Litoral S.A.	ETAR Olhalvas - Av. Comunidade Europeia	2410-099	Leiria
	Rua Capitão Sousa Pizarro, 60	3810-076	Aveiro
	ETA da Boavista - Av. Dr. Luís Albuquerque	3030-410	Coimbra
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	Cerca da Água, Rua dos Cravos - Apartado 64	7500-130	Vila Nova de Santo André
Simarsul	Av. da Siderurgia Nacional Edifício SNI	2840-075	Aldeia de Paio Pires
Águas do Alto Minho, S.A.	Rua São Bartolomeu dos Mártires n. °156	4904-878	Viana do Castelo
AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta	1300-254	Lisboa

ANEXO IV

PREÇOS-BASE E PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMOS, POR LOTE

Tabela 1 – Preços-base por Lote

Lote		Preço-base por lote (a este valor acresce o IVA se devido à taxa legal em vigor)
1	COMPUTADORES FIXOS DESKTOPS	€ 21.690,00 (vinte e um mil seiscentos e noventa euros)
2	ALL-IN-ONE	€ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos euros)
3	COMPUTADORES PORTÁTEIS LAPTOPS	€ 457.850,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil mil, oitocentos e cinquenta euros)
4	PCs INDUSTRIAIS	€ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos euros)
5	MONITORES	€ 68.620,00 (sessenta e oito mil, seiscentos e vinte euros)

Tabela 2 – Preços unitários máximos

Lote		Perfil HW	Preços Base unitários (a estes valores acresce o IVA se devido à taxa legal em vigor)
1	COMPUTADORES FIXOS DESKTOPS	PADRÃO	€ 740,00 (setecentos e quarenta euros)
		ALTO DESEMPENHO	€ 850,00 (oitocentos e cinquenta euros)
		INDUSTRIAL	€ 900,00 (novecentos euros)
2	ALL-IN-ONE	ALL-IN-ONE	€ 900,00 (novecentos euros)
3	COMPUTADORES PORTÁTEIS LAPTOPS	DEVELOPER com Docking	€ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta euros)
		DEVELOPER s/Docking	€ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros)
		OFFICE WORKER com Docking	€ 1.200,00 (mil e duzentos euros)
		MOBILE WORKER com Docking	€ 1.300,00 (mil e trezentos euros)
		MOBILE WORKER s/Docking	€ 1.200,00 (mil e duzentos euros)
4	PCs INDUSTRIAIS	PORTATIL INDUSTRIAL padrão com Docking	€ 1.900,00 (mil e novecentos euros)
		MICRO MINI FANLESS PC	€ 900,00 (novecentos euros)
5	MONITORES	PADRÃO	€ 140,00 (cento e quarenta euros)
		MÉDIO	€ 170,00 (cento e setenta euros)
		GRANDE FORMATO	€ 350,00 (trezentos e cinquenta euros)
		GRANDE FORMATO Ultra-Wide Curvo	€ 850,00 (oitocentos e cinquenta euros)

ANEXO V

REPORT INFORMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ENTREGUES

Nome Marca	Modelo	Tipo Equipamento	Perfil	SerialNumber	Data Entrega	Data Aceitação	Data Inicio Garantia	Data Fim Garantia	Garantia Internacional	SLA Contratado	Sistema Operativo Microsoft	Chave Produto Microsoft	Local Entrega do Adjudicante
Texto	Alfanumérico			Alfanumérico	Data	Data	Data	Data	Sim/Não	Alfanumérico	Texto	Alfanumérico	Texto
		COMPUTADORES FIXOS DESKTOPS	PADRÃO										
			ALTO DESEMPENHO										
			INDUSTRIAL										
		ALL-IN-ONE											
		COMPUTADORES PORTÁTEIS LAPTOPS	DEVELOPER com Docking										
			DEVELOPER s/Docking										
			OFFICE WORKER com Docking										
			MOBILE WORKER com Docking										
			MOBILE WORKER s/Docking										
		PCs INDUSTRIAIS	PORTÁTIL INDUSTRIAL PADRÃO com Docking										
			MICRO MINI FANLESS PC										
		MONITOR	PADRÃO										
			MÉDIO										
			GRANDE FORMATO										
			GRANDE FORMATO ULTRA-WIDE CURVO										